

# Os Militares e a Política: Derrubando Alguns Mitos

Coronel-Aviador Phillip S. Meilinger (Reserva), Força Aérea dos EUA

© 2010 Phillip S. Meilinger

Este artigo foi originalmente publicado na revista *Parameters* (Summer 2010).

**N**EM SEQUER PASSA pela cabeça de um cidadão estadunidense de hoje a ideia de que o principal comandante militar do país possa candidatar-se a um cargo político importante, estando ainda na ativa. Imaginar que esse suposto oficial-general, tendo perdido a disputa à Presidência, retorne normalmente à sua função no Pentágono, seja posteriormente promovido e acabe recebendo o respeito geral do Congresso, do povo, da imprensa e até do próprio Presidente, após cumprir mais dez anos na ativa, é algo ainda mais absurdo. No entanto, foi exatamente isso o que aconteceu em meados do século XIX. O General de Brigada Winfield Scott, General em Chefe do Exército dos EUA e herói das Guerras de 1812 e contra o México, concorreu à indicação do Partido Whig (liberal) como candidato à presidência, disputando a vaga com o Presidente em exercício à época, Millard Fillmore. Em seguida, concorreu com seu antigo subordinado, o General (BG) da Reserva Franklin Pierce [BG - *Brigadier General*, primeiro posto de oficial-general no Exército dos EUA, cuja antiguidade está situada entre os postos de Coronel e de *Major General* (MG - posto equivalente a General de Brigada, no Brasil) — N. do T.]. Scott não solicitou seu afastamento da Força. Perdeu a eleição de 1852, mas continuou sendo o comandante do Exército por mais uma década. Em 1856, o Congresso expressou seu reconhecimento promovendo-o a General de Divisão, o que o tornou o primeiro oficial a atingir esse posto, desde George Washington<sup>1</sup>.

---

*Phillip S. Meilinger é Coronel-Aviador (Reserva) da Força Aérea dos EUA e doutor em História Militar. Sua mais recente obra é Hubert R. Harmon: Airman, Officer, Father of the Air Force Academy.*

A campanha de 1852 não foi a primeira incursão de Scott na política. Em 1848, ele havia tentado ser escolhido como candidato presidencial do Partido Whig, que acabou selecionando outro General, Zachary Taylor. Taylor, que também era herói da Guerra contra o México, era, à época, comandante da Divisão Ocidental do Exército. Continuou na Ativa durante toda a campanha. Na verdade, a eleição foi realizada no dia 07 de novembro e o General Taylor só solicitou sua passagem para a Reserva no dia 21 de dezembro, o que lhe foi concedido a contar de 28 de fevereiro do ano seguinte, quatro dias antes de assumir a Presidência<sup>2</sup>.

Esses não foram casos isolados. Durante quase toda a história dos Estados Unidos, esse tipo de conduta fez parte da tradição militar estadunidense. Dizer que as Forças militares têm se mantido afastadas de temas políticos é um mito. Ao contrário, os comandantes estiveram profundamente envolvidos na política. Ainda assim, Richard H. Kohn, um dos mais renomados observadores das relações civis-militares, afirma, em seu influente trabalho sobre o tema, que há uma crise em curso porque as Forças Armadas estão se tornando politizadas. Nem sempre teria sido assim, segundo ele:

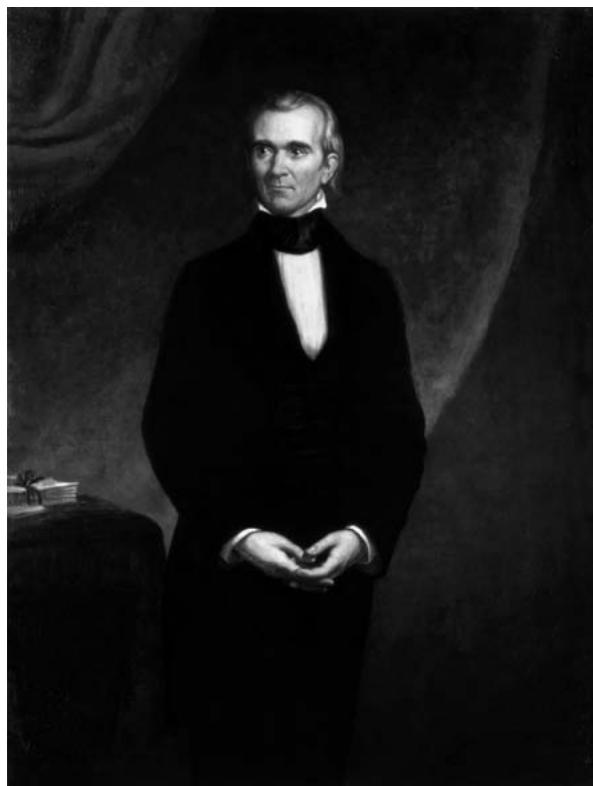
Historicamente, um dos principais baluartes do controle civil foi a própria instituição militar estadunidense. Sua pequena dimensão em tempos de paz; o profissionalismo de seus oficiais; sua neutralidade política; sua subordinação voluntária; e sua aceitação de um conjunto de normas de conduta no relacionamento civil-militar que não está escrito, mas que é plenamente compreendido: todos esses fatores possibilitaram o êxito do controle civil, por mais problemático que tenha sido ocasionalmente e por mais situacional que seja necessariamente<sup>3</sup>.

Os fatos são claros: os militares estadunidenses foram tudo, menos politicamente neutros ao longo da história; seus líderes nem sempre estiveram dispostos a submeter-se à autoridade civil; e frequentemente deixaram de assentir às normas de conduta não escritas. Em vez disso, havia essencialmente uma “membrana permeável” entre as esferas militar e política, que permitia que eles passassem de uma para a outra, conforme isso conviesse aos seus fins, aos dos partidos políticos e até aos da própria nação.

## A Política e as Forças Armadas

Os fundadores da Pátria estadunidense possuíam temores relacionados à manutenção de um exército permanente. A Declaração da Independência criticava o Rei George III por ter “mantido exércitos permanentes entre nós, em tempos de paz, sem a anuência do nosso legislativo”; imposto uma Força de ocupação que “permitia que os militares fossem independentes e superiores ao poder civil”; e introduzido mercenários para “levar a cabo as tarefas da morte, da devastação e da tirania”. Assim, não surpreende que a questão da existência de um exército tenha sido extremamente polêmica nos Estados Unidos, que acabavam de se tornar independentes. Os debates na Convenção Constitucional de 1787 foram acalorados. Quando foi finalmente acordada, a Constituição continha várias disposições especificamente destinadas a regulamentar e definir os poderes e as limitações de um exército. O Presidente seria o Comandante em Chefe das Forças Armadas e nomearia oficiais, mas o Congresso controlaria as finanças e deteria o poder de declarar a guerra. A Segunda Emenda da Declaração de Direitos dos EUA garantiu ao povo o direito de possuir e portar armas para o fim de constituir uma “milícia bem regulada”, ao passo que a Terceira Emenda estabeleceu restrições severas ao acantonamento de soldados entre a população — uma queixa que também havia sido mencionada na Declaração da Independência. O povo norte-americano era, em geral, avesso à ideia de um exército permanente, vendo-o como uma ameaça à liberdade<sup>4</sup>.

Paradoxalmente, o medo e a aversão em relação a um exército profissional não se aplicavam aos seus comandantes. Como na Inglaterra, que também demonstrava uma apreensão tradicional



*Presidente James K. Polk*

The White House Historical Association (White House Collection)

em relação a um exército permanente, a oficialidade era vista com respeito. Desde os primórdios da nação, uma carreira militar era frequentemente vista como um caminho para alcançar cargos políticos. Essa tendência teve início com George Washington, comandante do Exército Continental na Revolução Americana. Nos dois mandatos de Washington, os principais integrantes de seu Gabinete — Henry Knox, Edmund Randolph, Timothy Pickering e Alexander Hamilton — haviam servido com ele como oficiais do Exército Continental<sup>5</sup>. Nos anos seguintes, vários generais — e alguns almirantes — tentaram converter o êxito na batalha em uma carreira política. Dos primeiros 25 a ocupar a Presidência, 21 tinham experiência militar<sup>6</sup>.

Os políticos de carreira tinham conhecimento disso e não surpreende, portanto, que Presidentes tenham selecionado oficiais com base em suas conhecidas inclinações políticas. O Presidente John Adams evitava nomear para os cargos de oficial alguém que não fosse Federalista e, em fevereiro de 1801, pouco antes do término do seu mandato, nomeou às pressas 87 indivíduos para preencherem vagas existentes no Exército.

Praticamente todos eram conhecidos Federalistas ou ex-militares — e, portanto, considerados confiáveis<sup>7</sup>. O Presidente seguinte, Thomas Jefferson, acabaria recusando-se a aceitar isso. Ele ordenou que o Capitão Meriwether Lewis fizesse um levantamento de todos os oficiais da Ativa no Exército, classificando-os não apenas segundo sua capacidade profissional, mas também segundo sua afiliação política. Os Federalistas foram afastados, e os Republicanos, promovidos<sup>8</sup>. O General de Brigada Jacob J. Brown, General em Chefe de 1821 a 1828, acreditava ter grande influência na corrida presidencial. No pleito de 1824, utilizou essa influência para apoiar John C. Calhoun, na disputa para Presidente. Quando os resultados foram apurados, ninguém havia obtido a maioria no Colégio Eleitoral, e Calhoun estava em terceiro, atrás de Andrew Jackson e de John Quincy Adams. Brown transferiu seu apoio para Adams, escrevendo a um amigo que Jackson, seu antigo irmão de armas, “não poderia ser seriamente considerado por homens sensatos”. Adams acabou vencendo e anunciou que Henry Clay, que havia ficado em quarto lugar na votação inicial, seria seu Secretário de Estado, em troca do apoio recebido na eleição. Brown abordou Adams e alegou que Clay não era uma boa escolha para o cargo. Para a posição, recomendou a escolha de seu velho amigo, o Governador de Nova York, DeWitt Clinton. Adams manteve sua opção por Clay<sup>9</sup>.

Em 1845, o Presidente James K. Polk, democrata, enfrentava um dilema sobre quem designar para o cargo de Comandante do Exército na guerra contra o México. Sabia que aquele que ocupasse a função teria vantagem na eleição presidencial seguinte. Os dois principais Generais de Polk, Zachary Taylor e Winfield Scott, eram, sabidamente, do Partido Whig e, portanto, politicamente inaceitáveis. Em uma tentativa de frustrar os planos da oposição, Polk propôs que o Senador democrata Thomas Hart Benton, um político de carreira sem nenhuma experiência militar, fosse “nomeado” General de Divisão. Se isso fosse aprovado pelo Congresso, Benton passaria a ser um superior hierárquico de Taylor e Scott, com grandes chances de se tornar um candidato à Presidência, após a guerra. O Senado entendeu a manobra de Polk, mas recusou-se a conceder a Benton o posto que só

havia sido atingido por George Washington até então. O Senador teve de se contentar com a patente de General de Brigada. Perdeu, assim, o sentido nomeá-lo para a comissão: Benton não desempenhou papel algum na guerra e, como receava Polk, os dois integrantes do Partido Whig disputaram a Presidência em 1848<sup>10</sup>. Conforme mencionado anteriormente, Taylor venceu.

Outros militares que trilharam o caminho entre o alto comando e os altos cargos políticos foram os Generais Andrew Jackson, herói da Batalha de Nova Orleans [da Guerra de 1812 — N. do T.] e da Primeira Guerra dos Seminoles, e William Henry Harrison, veterano da Guerra de 1812 e vitorioso contra o líder indígena conhecido como “O Profeta”, na Batalha de Tippecanoe. Ambos foram Presidentes. Jefferson Davis foi um excelente exemplo de alguém que alternou entre as carreiras militar e política. Serviu o Exército durante cinco anos, depois de se formar pela Academia Militar de West Point, em 1828. Alguns anos mais tarde, candidatou-se para o Congresso, ocupando uma cadeira em 1845. Davis renunciou ao cargo na Câmara de Representantes [equivalente à Câmara de Deputados no Brasil — N. do T.] no ano seguinte, para servir como coronel na Guerra contra o México. Foi eleito para o Senado, em 1848, e tornou-se Secretário da Guerra, em 1852; quatro anos mais tarde, retornou ao Senado. Em janeiro de 1861, deixou o Senado para tornar-se General de Brigada na milícia do Mississippi, quando seu Estado se separou da União; um mês depois, foi eleito Presidente dos Estados Confederados da América<sup>11</sup>. O Coronel John C. Frémont, que foi um renomado explorador, serviu no Exército na década de 1840. Frémont era genro do Senador Thomas Hart Benton e usou esse parentesco para alavancar sua carreira política. Em 1850, foi eleito Senador pela Califórnia e, em 1856, tornou-se o primeiro candidato presidencial do recém-criado Partido Republicano. Perdeu para James Buchanan. Quando irrompeu a Guerra Civil, Frémont voltou à ativa como *Brigadier General*, sendo posteriormente promovido a General de Brigada, o que o colocou temporariamente acima de Ulysses S. Grant. Em 1878, tornou-se o Governador do Território do Arizona<sup>12</sup>.

Vale observar que a Constituição permite essa “movimentação”. O Artigo I, Seção 6, proíbe que

membros do Congresso ocupem outro cargo federal simultaneamente, mas não impede ninguém que já o detenha, como um oficial das Forças Armadas, por exemplo, de se candidatar ao Congresso ou à Presidência, contanto que renuncie antes de assumir a nova função<sup>13</sup>. Significativamente, no decorrer do último século, os tribunais decidiram que essa “cláusula de inelegibilidade” não se aplica aos oficiais da Guarda Nacional ou da Reserva, que podem servir como membros do Congresso sem perder seus postos.

## Transformação na Guerra Civil

Embora a conexão entre os militares e a política tenha sido bastante estreita durante os 70 anos iniciais da história do país, esse relacionamento passou por uma transformação durante e depois da Guerra Civil. Conflitos intraestatais como esse são inerentemente políticos e, portanto, não surpreende que políticos tenham se envolvido profundamente nos assuntos militares e que oficiais tenham se inserido na política. Houve dezenas de políticos, nos âmbitos federal e regional, que deixaram seus cargos para ingressar nas Forças Armadas. No 36º Congresso, de 1859 a 1861, apenas 9,8% dos membros possuíam experiência militar, mas, incrivelmente, 73 se demitiram do

cargo para ingressar em um dos dois Exércitos<sup>14</sup>. Vários veteranos se candidataram a cargos políticos depois da guerra. Dos 516 Generais da União que sobreviveram à guerra, 134 (26%) acabaram ocupando cargos públicos e quase 200 Generais Honorários de tempo de guerra ingressaram no serviço público<sup>15</sup>. No Sul, essa tendência foi ainda maior: 150 dos 412 Generais confederados vivos no final da guerra ingressaram na política (36%)<sup>16</sup>. A seguir são relacionados alguns dos nomes de maior destaque que passaram de cargos políticos para a vida militar e que, depois, retornaram à vida política<sup>17</sup>:

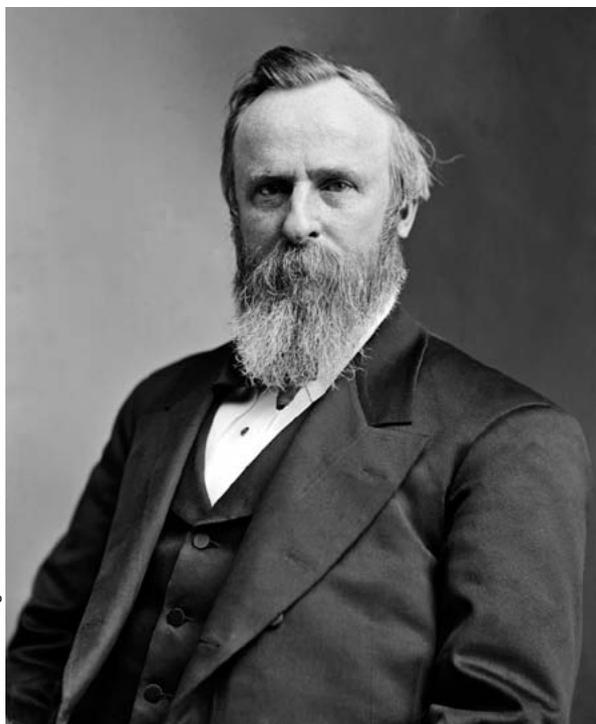
- Carl Schurz foi um imigrante alemão que participou da campanha em prol de Abraham Lincoln, em 1860, sendo recompensado com o cargo de Embaixador na Espanha. Ingressou no Exército da União e foi promovido a General de Brigada. Depois da guerra, foi eleito Senador pelo Missouri e, em 1877, foi nomeado Secretário do Interior.

- Nathaniel P. Banks foi representante no Congresso, Presidente da Câmara e Governador de Massachusetts antes da guerra. Foi General de Brigada; ao término da guerra, retornou à política, tendo sido eleito para mais seis mandatos no Congresso.

- John B. Logan foi um representante de Illinois que se alistou no Exército da União como soldado, no início da guerra. Chegou a General de Brigada e foi o único oficial que não era oriundo da Academia Militar de West Point a comandar um Corpo de Exército. Depois da guerra, serviu na Câmara de Representantes e no Senado e foi o candidato republicano à Vice-Presidência em 1884, perdendo para a chapa eleitoral de Grover Cleveland.

- John McCauley Palmer era Senador estadual em Illinois antes da guerra. Durante o conflito, ascendeu ao posto de General de Brigada; posteriormente, foi eleito Governador e, depois, Senador federal. Em 1896, concorreu à Presidência na chapa eleitoral do Partido Democrata Nacional.

- Rutherford B. Hayes foi eleito procurador municipal em Cincinnati em 1859 e, em seguida, entrou para o Exército da União, ascendendo ao posto de General de Brigada. Foi ferido em combate sete vezes. Em 1864, foi eleito para o Congresso enquanto ainda estava na Ativa, assumindo o cargo em junho do ano seguinte. Depois



Biblioteca do Congresso dos EUA

Presidente Rutherford B. Hayes



General George B. McClellan

de dois mandatos, foi eleito Governador de Ohio e, em 1876, venceu uma disputada eleição para a Presidência.

- James A. Garfield foi eleito para o Senado estadual de Ohio em 1859. No início da guerra, ingressou no Exército da União, chegando a General de Brigada. Foi eleito para o Congresso quando estava em uma campanha militar; em dezembro de 1863, compareceu fardado ao Capitólio para prestar o juramento de assunção do cargo. Mais tarde, foi eleito para o Senado dos EUA e, em 1880, para a Presidência.

- Benjamin Harrison, neto do Presidente William Henry Harrison, foi eleito como procurador municipal de Indianápolis, secretário do Partido Republicano no Estado e relator do Supremo Tribunal do Estado de Indiana em 1860. Em julho de 1862, renunciou aos seus cargos para ingressar no Exército da União e, no final da guerra, era *Brigadier General* Honorário. Retornou, então, para Indiana, tornando-se Governador e Senador e, em 1888, foi eleito Presidente.

Há outros oficiais que ascenderam ao generalato durante a Guerra Civil e que, mais tarde, utilizaram sua fama para disputar cargos políticos. Exemplos incluem:

- George B. McClellan, da turma de 1846 da Academia de West Point, serviu na Guerra do México e foi Comandante do Exército do Potomac em duas oportunidades durante a Guerra Civil, além de ter sido General em Chefe. Em 1864, foi escolhido como candidato presidencial do Partido Democrata, concorrendo com Abraham Lincoln. Apresentou seu pedido de afastamento do Exército no dia das eleições. Em 1878, foi eleito Governador de Nova Jersey<sup>18</sup>.

- Ao término da guerra, Ulysses S. Grant, da turma de 1843 da Academia de West Point, era o General em Chefe do Exército da União, sendo logo depois promovido a General de Exército, o primeiro na história dos Estados Unidos. Passou para a Reserva em 04 Mar 1869, dia em que assumiu a Presidência. Foi reeleito em 1872<sup>19</sup>.

- Winfield Scott Hancock, que se formou pela Academia Militar de West Point em 1844, foi herói em Gettysburg. Em 1880, foi o candidato do Partido Democrata à Presidência, enquanto ainda comandava a Divisão do Atlântico. Perdeu a eleição para o General de Brigada da Reserva James Garfield, mas foi gentilmente convidado para a cerimônia de posse, à qual compareceu. Hancock permaneceu na Ativa e morreu à sua mesa de trabalho em Governors Island, em 1886<sup>20</sup>.

- Simon Bolivar Buckner, também da turma de 1844, de West Point, lutou na Guerra contra o México e, quando teve início a Guerra Civil, entrou para o Exército Confederado, chegando a General de Divisão. Em 1887, foi eleito Governador do Kentucky e, em 1896, foi o candidato à Vice-Presidência na chapa eleitoral de Palmer, do Partido Democrata Nacional, que perdeu para William McKinley<sup>21</sup>.

- John B. Gordon não estudou na Academia Militar de West Point e, na verdade, não tinha nenhuma experiência militar antes da guerra. Foi galgando os postos até chegar a General de Brigada e tornou-se um importante comandante de Corpo de Exército para a Confederação. Depois da guerra, voltou para a Geórgia, onde foi eleito três vezes para o Senado dos EUA e uma vez como Governador<sup>22</sup>.

- Benjamin F. Butler, que também não foi formado pela Academia Militar de West Point, ascendeu ao posto de General de Brigada e, mais tarde, foi eleito seis vezes para o Congresso e

para o Governo de Massachusetts. Em 1884, disputou a Presidência pelo Partido Greenback, perdendo para Grover Cleveland<sup>23</sup>.

Além desses exemplos específicos, outros episódios, ocorridos durante a Guerra Civil, demonstram que não existia uma tradição estadunidense de separação entre os militares e a política. Em janeiro de 1863, o Presidente Abraham Lincoln destituiu o General de Brigada Ambrose E. Burnside do comando do Exército do Potomac. Para seu lugar, nomeou o General de Brigada Joseph Hooker. Na carta que escreveu para notificá-lo sobre a nomeação, Lincoln observou:

Ouvi dizer, de forma que me pareceu confiável, que o senhor afirmou recentemente que tanto o Exército quanto o governo precisavam de um ditador. Evidentemente, não foi por isso, mas apesar disso, que eu lhe concedi o comando. Apenas os Generais que obtêm êxitos podem estabelecer ditadores. O que eu lhe peço agora é o sucesso militar, e eu me arriscarei com relação à ditadura<sup>24</sup>.

Essa carta é surpreendente, porque demonstra que o Presidente estava plenamente ciente das manobras políticas entre os seus Generais. Sem dúvida alguma, essas intrigas eram extremamente desagradáveis para Lincoln, apesar de esperadas.

Na sua campanha para se reeleger, em 1864, pode-se constatar um exemplo ainda mais claro, que mostra que Lincoln compreendia o relacionamento estreito entre os militares e a política. Seu adversário era o General de Brigada George B. McClellan, antigo General em Chefe do Exército da União, que não havia sido nomeado para uma nova missão desde Antietam. Permaneceu na Ativa e continuou a receber remuneração enquanto morou em Nova Jersey. As opiniões políticas de McClellan eram conhecidas desde julho de 1862, quando ele escreveu uma enérgica carta para o Presidente, argumentando que o motivo da guerra não devia ser o fim da escravidão, mas tão somente salvar a União<sup>25</sup>. Evidentemente, McClellan, assim como Hooker, tinha fortes convicções sobre a política nacional e não hesitava em expressá-las. Vale observar que Lincoln não se sentia seguro no cargo. Não se preocupava apenas com a reeleição: havia também a possibilidade de que ele nem fosse escolhido como candidato pelo

seu partido. A liderança do Partido Republicano queria um oficial de sucesso como candidato e levantou a possibilidade de selecionar os Generais Ulysses S. Grant, William T. Sherman, William S. Rosecrans, Benjamin Butler e Joseph Hooker ou o Almirante David Farragut. Embora Lincoln tenha conseguido defender-se dessas ações e obter a nomeação, continuou preocupado com a disputa eleitoral contra o General McClellan<sup>26</sup>.

Cinco Estados não dispunham de votos por correspondência em 1864. Se um homem quisesse votar, teria de fazê-lo pessoalmente, em seu distrito eleitoral. Os soldados eram incentivados a exercer o direito, mas sua capacidade para isso ficava extremamente prejudicada durante a guerra. Lincoln facilitou a situação. Em agosto de 1864, mandou um telegrama ao General Sherman, na Geórgia, solicitando-lhe que concedesse licença aos soldados de modo que pudessem voltar para casa e votar. Foram fornecidas passagens de trem de ida e volta para levá-los aos seus Estados. Ainda mais surpreendente, foi o fato de o Presidente submeter os soldados à “cobrança de uma fração de seu salário em apoio ao partido [Republicano]”<sup>27</sup>. Em alguns casos, oficiais de destaque foram enviados para suas cidades de origem com o fim específico de participar da campanha em prol de Lincoln: o General de Brigada John Logan, para Illinois, o Coronel Benjamin Harrison, para Indiana, e o General de Brigada Carl Schurz, para diversos Estados no Norte (ele era popular entre os imigrantes). Em um exemplo extremo de como o Exército se envolvia na política, o General de Brigada Stephen G. Burbridge, Governador Militar do Kentucky, começou a prender, em 1864, “suspeitos de se oporem à reeleição de Lincoln”<sup>28</sup>.

## **Tendências durante a Reconstrução**

O envolvimento do Exército na política não terminou com a guerra. Um dos exemplos mais interessantes e difíceis do papel do Exército nos assuntos civis na história dos Estados Unidos ocorreu durante a Reconstrução. Depois da Guerra Civil, o Exército ocupou os Estados derrotados do sul, onde os comandantes desempenharam papéis centrais nos governos até 1877. Sua missão era intimidante; todos queriam restabelecer o controle civil o mais rápido possível e reintegrar os Estados

outrora rebeldes na União, mas era igualmente importante que os ganhos conquistados a duras penas durante a guerra não fossem descartados. Esses objetivos um tanto conflitantes deixaram os comandantes do Exército divididos entre as facções políticas em Washington — os chamados conservadores, que apoiavam o Presidente Andrew Johnson e desejavam um rápido retorno à normalidade, e os “radicais”, que insistiam que não se podia deixar que se restabelesse a escravidão *de facto*.

Esse foi um período triste para o Exército, que se viu assumindo um papel para o qual não havia sido treinado e tampouco era adequado. Há inúmeros exemplos de como os soldados impunham seu domínio sobre os civis estadunidenses. Em julho de 1865, no Mississippi, um homem branco foi preso por oficiais, acusado de ter matado um negro. O réu apelou a um juiz local, que ordenou sua libertação. O comandante militar, General de Brigada Henry W. Slocum, não só se recusou a

libertar o homem, como também prendeu o juiz que havia emitido a ordem para libertá-lo. No mesmo mês, o Exército ignorou os resultados de uma eleição em Richmond, Virgínia, porque “foram eleitos muitos rebeldes que não haviam sido anistiados”. Em setembro, o General de Brigada Alfred H. Terry fechou um jornal na Virgínia e ordenou a prisão do redator-chefe, por ter publicado o que ele considerava “um insulto indecente” à memória do Presidente Lincoln. O General de Brigada George H. Thomas ofendeu-se com um bispo do Alabama, que recomendou que não se fizesse uma oração em apoio a “todos da autoridade civil” porque ela era composta de soldados *Yankees*, que não a mereciam. Thomas ordenou a suspensão do bispo. Em 03 de julho de 1866, o General de Exército Grant determinou que os comandantes prendessem qualquer pessoa no sul por crimes em situações nas quais “as autoridades civis não pudessem ou não quisessem fazê-lo”. Em abril de 1867, o General de Brigada



Biblioteca do Congresso dos EUA

O General William Tecumseh Sherman e seu Estado-Maior. Em pé, da esquerda para a direita: Oliver Otis Howard, William Babcock Hazen, Jefferson Columbus Davis e Joseph Anthony Mower; sentados, da esquerda para a direita: John Alexander Logan, William Tecumseh Sherman e Henry Warner Slocum.

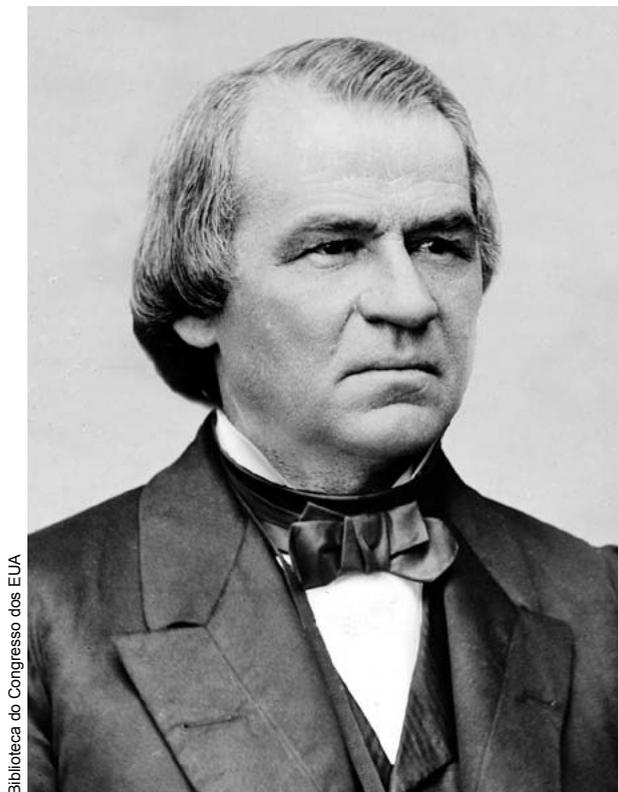
John A. Pope anulou as eleições realizadas em Tuscumbia, no Estado do Alabama, nomeando, ele próprio, um novo prefeito. Em julho, o General de Brigada Philip H. Sheridan removeu James W. Throckmorton do cargo de Governador do Texas por ser “um obstáculo” à Reconstrução. Em seguida, fez com que o perdedor da eleição recente assumisse o cargo. Entre julho e dezembro de 1867, o General de Brigada John M. Schofield interveio 21 vezes em ações da vara cível. Em alguns casos, ele apenas suspendeu o processo; em outros, ordenou que as ações fossem julgadas por comissões militares. A história definitiva do papel do Exército nos Estados onde houve a Reconstrução nos dá conta de que os “Generais Vice-Reis” haviam adquirido uma “quantidade assombrosa de poder político”<sup>29</sup>.

A mistura das esferas civil e militar durante a Guerra Civil e a Reconstrução foi maior que em qualquer outro período da história dos Estados Unidos, e seus efeitos foram sentidos por décadas<sup>30</sup>. No período posterior à guerra, seis presidentes haviam sido oficiais do Exército da União, incluindo Andrew Johnson, que havia sido *Brigadier General* no Tennessee, antes de ser

convidado por Lincoln a concorrer em sua chapa eleitoral como candidato à Vice-Presidência. Um sétimo presidente, Chester Arthur, havia sido *Brigadier General* na milícia de Nova York, mas não participou de combate. Ao longo do século seguinte, diversos oficiais disputaram cargos públicos do alto escalão. O General de Divisão Nelson Miles sugeriu ao Governador Theodore Roosevelt que eles concorressem para a Casa Branca na mesma chapa eleitoral — com Miles como candidato presidencial. Roosevelt rejeitou a ideia, por considerá-la “irreal”. Quando William McKinley ganhou a nomeação do Partido Republicano, em 1896, Miles abordou-o e se ofereceu como companheiro de chapa. Em vez de Miles, McKinley escolheu Garret A. Hobart<sup>31</sup>. As conhecidas ambições políticas do General de Brigada Leonard Wood fizeram com que o Presidente Woodrow Wilson se recusasse a conceder-lhe um comando de destaque na Primeira Guerra Mundial. Não obstante, Wood foi pré-candidato presidencial em 1920, enquanto ainda estava na Ativa, mas não ganhou a nomeação do Partido Republicano. Solicitou o afastamento do Exército no ano seguinte<sup>32</sup>. Durante a Segunda Guerra Mundial, o General de Exército Douglas MacArthur considerou suas chances como possível candidato presidencial e enviou o General de Divisão George Kenney para Washington, D.C., em abril de 1943, para discutir a questão com os dirigentes do Partido Republicano<sup>33</sup>. Em 1952, o General de Exército Dwight Eisenhower planejou e organizou sua campanha presidencial a partir de seu gabinete, nos arredores de Paris, enquanto servia como Comandante Supremo das Forças Aliadas na Europa<sup>34</sup>. Nas décadas seguintes, entre oficiais já transferidos para a Reserva que disputaram a Presidência ou a Vice-Presidência estão Curtis LeMay, James Stockdale, Alexander Haig e Wesley Clark.

## Conclusão

A crença de que as Forças militares estadunidenses não se envolvem na política é tradicional e vem de longa data. Em sua respeitada obra sobre as relações civis-militares, Samuel P. Huntington afirmou, categoricamente, que “depois da Guerra Civil, os oficiais passaram a acreditar, em unanimidade, que a política e o oficialato não se misturam”<sup>35</sup>. Este artigo buscou mostrar que



Biblioteca do Congresso dos EUA

Presidente Andrew Johnson

essa assertiva é simplesmente falsa. Ao contrário, oficiais do alto escalão tiveram um envolvimento contínuo e profundo nos assuntos políticos, tanto antes quanto depois da Guerra Civil. O que é mais importante: esse relacionamento não era visto como sendo antiamericano ou inconstitucional. Pelo contrário, durante a maior parte da história do país, o relacionamento próximo entre os militares e a política foi incentivado e aceito.

Para sermos claros, o que se discutiu nada tem a ver com o controle dos civis sobre as Forças Armadas. Essa é uma questão separada, que não esteve em jogo na maioria dos casos citados anteriormente<sup>36</sup>. Os militares mencionados entendiam que estavam sujeitos ao controle civil; o que desejavam era conquistar o cargo público pelo voto, para que eles próprios assumissem o controle. Na história dos Estados Unidos, foram poucas as vezes em que os militares contestaram a questão do controle civil: entre as exceções mais notáveis estão Winfield Scott e suas brigas com o Secretário da Guerra Jefferson Davis; alguns comandantes do Exército da União, depois da Guerra Civil (incluindo Grant), em seu conflito com o Presidente Andrew Johnson em relação à Reconstrução; e a oposição de Douglas MacArthur ao Presidente Harry Truman, no início da Guerra da Coreia.

A questão em pauta tampouco é se os militares devem participar de campanhas políticas. Está claro que o consenso atual é que tal envolvimento seria impróprio. O ponto principal deste artigo foi mostrar que, durante grande parte da história do país, as Forças Armadas estadunidenses estiveram profundamente envolvidas nos assuntos políticos. Esse envolvimento decorreu, em parte, do enorme poder concedido aos comandantes militares, particularmente àqueles designados como comandantes combatentes em áreas geográficas. Dana Priest, do jornal *The Washington Post* comentou o poder e o prestígio desses oficiais: “São o equivalente moderno dos procônsules do Império Romano: núcleos bem financiados, semiautônomos e não convencionais da política externa estadunidense”. William Pfaff afirma que eles “se tornaram agentes mais importantes da política externa estadunidense que as embaixadas em suas regiões, em virtude de sua riqueza e da falta de monitoramento do Congresso”<sup>37</sup>. Quando o General que era o comandante das tropas no

Iraque, em 2004, foi promovido a General de Exército, a justificativa dada foi a de “assegurar que o esforço civil-militar esteja coerente e bem integrado” e que os “componentes militar e civil se ajustem”<sup>38</sup>. Não se explicou por que um diplomata civil não poderia obter tal cooperação.

Não surpreende, assim, que oficiais do Exército, como os atuais comandantes no Iraque e no Afeganistão, tenham se tornado figuras públicas conhecidas. É por essa mesma razão que esses poderosos comandantes são temidos por alguns, que enxergaram uma suposta crise no relacionamento civil-militar se desenrolando nos Estados Unidos, em 2010. Ademais, a última década assistiu a um aumento na quantidade de oficiais que passaram para a Reserva e que expressam publicamente suas opiniões. Vários oficiais da Reserva envolveram-se nas campanhas eleitorais de candidatos presidenciais, nas últimas três eleições e, em abril de 2006, seis Generais da Reserva do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais defenderam que seu antigo chefe, o Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, fosse afastado do cargo<sup>39</sup>. De interesse mais recente, um Vice-Almirante da Reserva ganhou a nomeação do Partido Democrata para concorrer para o Senado dos EUA pelo Estado da Pensilvânia, em parte por ter feito campanha contra o programa do Presidente democrata em exercício.

Esse tipo de atividade não é algo novo. Os comandantes dos teatros de operações de hoje não dispõem de mais poder que Winfield Scott na Cidade do México, em 1847; que os governadores militares no sul, durante a Reconstrução; que Lucius D. Clay na Alemanha, de 1947 a 1949; ou que Douglas MacArthur no Japão, de 1945 a 1950<sup>40</sup>. Nossa memória coletiva apenas se esqueceu desses acontecimentos. Como demonstram os fatos, as Forças Armadas estadunidenses sempre estiveram profundamente envolvidas nas questões políticas. Esse envolvimento foi, na maioria dos casos, aceito e até incentivado; foram os partidos políticos que, em geral, sondaram os Generais sobre a possibilidade de eles disputarem cargos políticos, e não o contrário<sup>41</sup>. Essa forte tradição de envolvimento talvez não seja mais desejável. Os comandantes dos teatros de operações de hoje têm, de fato, muito poder à sua disposição. Garantir que esse poder seja mantido sob rédeas curtas é uma resposta compreensível e plausível.

Contudo, se essa será a nossa política, devemos nos basear em argumentos fundamentados sobre as mudanças na natureza do mundo, do país e do

ambiente político estadunidense. A política não deve se basear em uma versão falha e mítica da história dos Estados Unidos. **MR**

## REFERÊNCIAS

1. EISENHOWER, John S. D. *Agent of Destiny: The Life and Times of General Winfield Scott* (New York: Free Press, 1997), cap. 30; e PESKIN, Allan. *Winfield Scott and the Profession of Arms* (Kent, Ohio: Kent State Univ. Press, 2003), cap. 23.
2. BAUER, K. Jack. *Zachary Taylor: Soldier, Planter, Statesman of the Old Southwest* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1988), p. 219-40. Taylor derrotou Lewis Cass na disputa pela Presidência. Cass, um senador de Michigan, havia sido *Brigadier General* durante a Guerra de 1812.
3. KOHN, Richard H. "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", *Naval War College Review*, 40 (Summer 2002), p. 26.
4. Uma obra conhecida, que detalha a aversão dos primeiros estadunidenses aos militares, é KOHN, Richard H. *Eagle and Sword: The Federalists and the Creation of the Military Establishment in America, 1783-1802* (New York: Free Press, 1975).
5. Thomas Jefferson havia sido coronel na milícia da Virgínia durante a guerra, mas não participou de combate; John Jay, sucessor de Jefferson no cargo de Secretário de Estado, não havia servido nas Forças Armadas.
6. As exceções foram John Adams, John Quincy Adams, Martin Van Buren e Grover Cleveland.
7. SKELTON, William B. *An American Profession of Arms: The Army Officer Corps, 1784-1861* (Lawrence: Univ. Press of Kansas, 1992), p. 24.
8. LINKLATER, Andro. *An Artist in Treason: The Extraordinary Double Life of General James Wilkinson* (New York: Walker, 2009), p. 191-92.
9. MORRIS, John D. *Sword of the Border: Major General Jacob Jennings Brown, 1775-1828* (Kent, Ohio: Kent State Univ. Press, 2000), p. 251-55. Morris conclui que Brown "havia estado interessado e envolvido em política de uma forma ou de outra durante toda sua vida adulta e nunca abriu mão de seu interesse nela". Por acaso, Calhoun acabou se tornando o Vice-Presidente de Adams e, depois, de Jackson.
10. CUNLIFFE, Marcus. *Soldiers and Civilians: The Martial Spirit in America, 1775-1865* (Boston: Little, Brown, 1968), p. 309.
11. COOPER Jr., William J. *Jefferson Davis, American* (New York: Knopf, 2000).
12. ROBERTS, David. *A Newer World: Kit Carson, John C. Frémont, and the Claiming of the American West* (New York: Simon and Schuster, 2000), cap. 7.
13. LEVY, Leonard W., ed., *Encyclopedia of the American Constitution* (New York: Macmillan, 1986), p. 271-73.
14. Esses dados foram extraídos de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989* (Washington: Government Printing Office, 1989). Dos 73 homens que foram à guerra, seis foram mortos em combate e 18 retomaram a carreira política. Dos 583 Generais da União com postos "plenos" (em vez de honorários) durante a guerra, 47 (8%) haviam sido políticos em tempo integral antes da guerra. WARNER, Ezra J. *Generals in Blue: Lives of the Union Commanders* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1964), p. xix.
15. HUNT, Roger D.; BROWN, Jack R. *Brevet Brigadier Generals in Blue* (Gaithersburg, Md.: Olde Soldier Books, 1990). O posto honorário, que não é mais utilizado nas Forças Armadas dos EUA, era conferido por mérito. Concedia prestígio ao detentor, mas não conferia antiguidade nem remuneração adicional.
16. *Ibid.*, WARNER. *Generals in Blue*, and Ezra J. Warner, *Generals in Gray: Lives of the Confederate Commanders* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1959); e ALLARDICE, Bruce S. *More Generals in Gray* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1995).
17. Informações extraídas de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989* e Warner volumes. Vide também o interessante livro de PERRY, James M. *Touched with Fire: Five Presidents and the Civil War Battles that Made Them* (New York: PublicAffairs, 2003).
18. SEARS, Stephen W. *George B. McClellan: The Young Napoleon* (New York: Ticknor and Fields, 1988).
19. MCFEELY, William S. *Grant: A Biography* (New York: W. W. Norton, 1981).
20. TUCKER, Glenn. *Hancock the Superb* (Indianapolis, Ind.: Bobbs-Merrill, 1960).
21. STICKLES, Arndt M. *Simon Bolivar Buckner, Borderland Knight* (Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 1940).
22. Em geral, Gordon aparece como General de Divisão do Exército Confederado, mas Ezra Warner, em sua respeitada obra *Generals in Gray*, p. xvii, afirma que ele era General de Brigada.
23. NOLAN, Dick. *Benjamin Franklin Butler: The Damnedest Yankee* (Novato, Calif.: Presidio, 1991).
24. COMMAGER, Henry Steele, ed., *Documents of American History* (7th ed., New York: Appleton-Century-Crofts, 1963), p. 422.
25. SEARS, p. 227-29.
26. WAUGH, Jack C. *Reelecting Lincoln: The Battle for the 1864 Presidency* (New York: Crown, 1997), p. 124-26. Quando Rosecrans, Butler e Hooker foram derrotados em combates de que tomaram parte, foram desconsiderados.
27. *Ibid.*, p. 16, p. 341. Os cinco Estados do norte sem voto por correspondência eram Illinois, Indiana, Delaware, Nova Jersey e Oregon.
28. WARNER, *Generals in Blue*, p. 54.
29. Todos os exemplos foram extraídos de SEFTON, James E. *The United States Army and Reconstruction, 1865-1877* (Baton Rouge: Louisiana State Univ. Press, 1967), p. 30, p. 37, p. 56-57, p. 73, p. 124, p. 144-45, p. 165.
30. Não surpreende que a presença de veteranos militares no Congresso tenha mais que triplicado depois da guerra. O 42º Congresso de 1871-73 era composto de 329 integrantes, 104 dos quais (31,6%) haviam servido nas Forças militares durante a Guerra Civil. Dados extraídos de *Biographical Directory of the United States Congress, 1774-1989*.
31. JESSUP, Philip C.; ROOT, Elihu. dois vols. (New York: Dodd, Mead, 1938), I, p. 245. Quando McKinley se candidatou à reeleição, em 1900, desistiu de Hobart e selecionou Theodore Roosevelt como companheiro de chapa.
32. LANE, Jack C. *Armed Progressive: General Leonard Wood* (San Rafael, Calif.: Presidio, 1978), cap. 16.
33. GRIFFITH Jr., Thomas E. *MacArthur's Airman: General George C. Kenney and the War in the Southwest Pacific* (Lawrence: Univ. Press of Kansas, 1998), p. 113-14.
34. PICKETT, William B. *Eisenhower Decides to Run: Presidential Politics and Cold War Strategy* (Chicago: Ivan R. Dee, 2000).
35. HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard Univ. Press, 1957), p. 258.
36. Existem vários excelentes trabalhos sobre o tema. Entre os mais importantes estão WILLIAMS, T. Harry. "The MACS and the IKES", *American Mercury*, October 1952, p. 32-39; COFFMAN, Edward M. "The Long Shadow of The Soldier and the State", *Journal of Military History*, 55 (January 1991), p. 69-82; LUTTWAK, Edward N. "Washington's Biggest Scandal", *Commentary*, 97 (May 1994), p. 29-33; SKELTON, William B. "Samuel P. Huntington and the Roots of the American Military Tradition", *Journal of Military History*, 60 (April 1996), p. 325-38; FEATHER, Peter D. "The Civil-Military Problematic: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control", *Armed Forces and Society*, 23 (Winter 1996), p. 149-78; WEIGLEY, Russell F. "The Soldier, the Statesman, and the Military Historian", *Journal of Military History*, 63 (October 1999), p. 807-22; KOHN, "The Erosion of Civilian Control of the Military in the United States Today", p. 10-59; CASSIDY, Robert M. "Prophets or Praetorians? The Uptonian Paradox and the Powell Corollary", *Parameters*, 33 (Autumn 2003), p. 130-43; COLLINS, Joseph J. "What Civil-Military Crisis?" *Armed Forces Journal*, February 2010, p. 18-21; e uma antologia, NIELSEN, Suzanne C.; SNIDER, Don M. (eds.), *American Civil-Military Relations: The Soldier and the State in a New Era* (Baltimore, Md.: Johns Hopkins Univ. Press, 2009).
37. PFAFF, William. "The Praetorian Guard", *The National Interest*, 62 (Winter 2000/2001), p. 62. A citação de Dana Priest consta do mesmo artigo.
38. SCARBOROUGH, Rowan. "Four-Star Officer Muddled for Iraq", *The Washington Times*, 06 Jan 04, p. A1.
39. BACON Jr., Perry. "The Revolt of the Generals", *Time*, 16 Apr 06, disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,1184048-3,00.html>; e WHALEN, Richard. "Revolt of the Generals", *The Nation*, 16 Oct 2006, disponível em: <http://www.thenation.com/article/revolt-generals>.
40. Em 1805, o Presidente Thomas Jefferson nomeou o *Brigadier General* Wilkinson, então Comandante do Exército dos EUA, para servir como Governador do Território da Louisiana e Diretor de Assuntos Indígenas, conferindo enorme poder militar e civil a um só homem. LINKLATER, p. 235.
41. Foi a insistência dos dois partidos políticos para que o General William T. Sherman se candidatasse à Presidência que o levou a enviar seu famoso telegrama à Convenção Nacional Republicana, em 1884: "Não aceitarei se nomeado nem servirei se eleito." LEWIS, Lloyd. *Sherman, Fighting Prophet* (New York: Harcourt, Brace, 1932), p. 631.